

CONCURSO PÚBLICO
EDITAL N.º 001/2026
31 de maio de 2026

NOME:

CARGO: **PROCURADOR DO MUNICÍPIO**

LOCAL:

SALA:

INSTRUÇÕES

1) Conferência inicial

Verifique seu **nome e o cargo indicado** da capa deste caderno e leia atentamente as instruções.

2) Composição do caderno *(confira após o início da prova)*

- Contém **50 (cinquenta) questões objetivas**.
- Todas as questões são de múltipla escolha, com cinco alternativas cada (A, B, C, D e E).
- É permitido fazer anotações, cálculos, riscos e observações exclusivamente neste Caderno.

3) Cartão-Resposta

Confira se o seu **nome, número de inscrição, data de nascimento, CPF e cargo** estão corretos. Caso identifique que o Cartão-Resposta não corresponde aos seus dados, comunique imediatamente ao fiscal **para que seja providenciada a substituição**. O fiscal não está autorizado a alterar informações impressas, e não serão aceitas reclamações posteriores. O preenchimento do Cartão-Resposta é de sua inteira responsabilidade. Não haverá substituição em caso de erro de preenchimento.

4) Material permitido

É obrigatório o uso exclusivo de caneta esferográfica fabricada em material transparente, com tinta azul ou preta.

5) Duração da prova

A prova terá duração de 3 (três) horas e 30 (trinta) minutos, incluindo o tempo destinado ao preenchimento do Cartão-Resposta.

6) Regras de saída

- Ao término da prova, entregue **obrigatoriamente** ao fiscal o Cartão-Resposta e este Caderno de Questões.
- A saída definitiva da sala somente será permitida após **1 (uma) hora** do início da prova.
- É permitido levar apenas a folha intermediária de respostas, localizada na última página deste caderno, desde que contenha exclusivamente as alternativas assinaladas, sendo vedadas quaisquer outras anotações.
- Os **3 (três) últimos candidatos** somente poderão se retirar da sala simultaneamente.

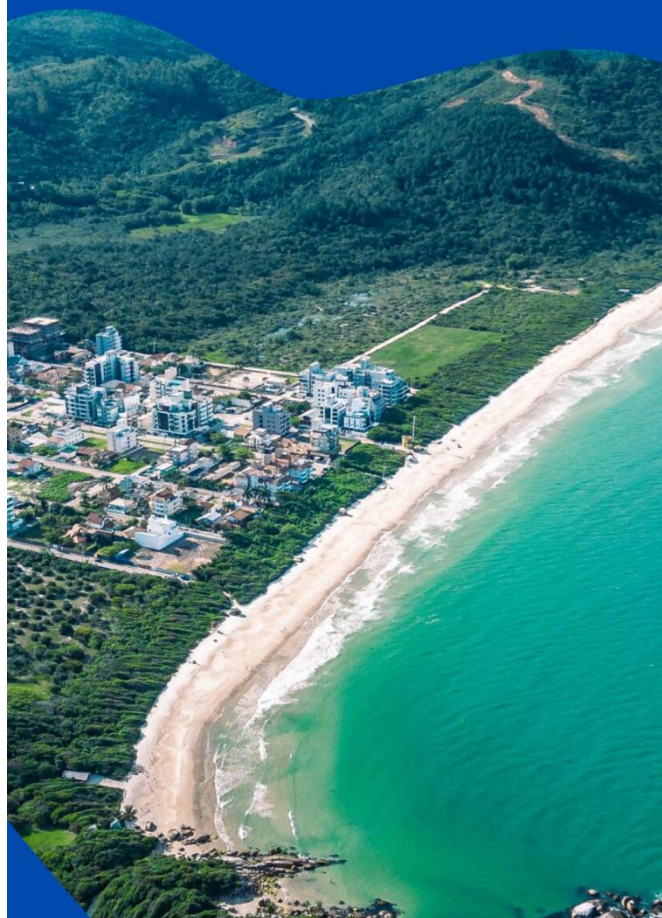
7) Assinaturas

Escreva seu nome completo e assine na capa deste Caderno, e assine também no local indicado no Cartão-Resposta.

BOA PROVA!

CONCURSO PÚBLICO

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS



Nome completo: _____

Assinatura: _____

LÍNGUA PORTUGUESA

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 1 a 2.

Circo passa a ser reconhecido por lei como cultura popular brasileira

Medida reconhece manifestações circenses como parte do patrimônio cultural e artístico nacional.

A atividade circense passou a ser oficialmente reconhecida como manifestação da cultura e da arte popular brasileira. A medida foi sancionada pelo presidente da República [...] e reconhece diferentes formas de expressão ligadas ao circo, como malabarismo, acrobacias, números de equilíbrio — entre eles corda bamba e perna de pau — além da palhaçaria. O texto destaca a relevância histórica e cultural da atividade circense para a formação artística e para a identidade cultural brasileira.

Com a medida, o setor passa a contar com maior respaldo institucional como patrimônio cultural, o que pode fortalecer políticas públicas voltadas à valorização, preservação e incentivo das atividades circenses em diferentes regiões do país.

Reconhecimento e preservação cultural

A sanção da lei ocorre em meio a reivindicações de artistas e companhias circenses por mais apoio do poder público. O setor enfrenta dificuldades relacionadas ao financiamento de atividades itinerantes, manutenção de espaços culturais e formação de novos profissionais. Entidades ligadas à cultura avaliam que o reconhecimento oficial pode ampliar o acesso do circo a editais, programas de incentivo e ações de preservação do patrimônio imaterial brasileiro.

Tradicionalmente marcado pela atuação familiar e pela transmissão de conhecimentos entre gerações, o circo é considerado uma das manifestações mais antigas da cultura popular brasileira.

(Disponível em: <https://l1nq.com/7q7esvu>. Acesso em: 12 mai. 2026. Adaptado.)

Questão 01

(Correta: B)

As expressões nominais são importante recurso de coesão textual. No texto, esse recurso foi usado diversas vezes. Analise as sentenças considerando o texto como um todo:

I.O autor do texto utiliza as expressões "A atividade circense" (primeiro parágrafo) e "o setor" (segundo parágrafo) para retomar "Circo" no título. Além de evitar a repetição, possibilitam a introdução de novas informações, ou seja, a progressão das ideias.

II."A medida" (primeiro parágrafo) se refere à "lei", no título. Porém, usá-la no texto foi um equívoco, pois a

palavra já aparece no subtítulo.

III.A expressão "O texto" (segundo parágrafo) não está clara, uma vez que pode se referir tanto ao texto da lei como ao texto em si, escrito para publicação. O autor deveria ter escolhido uma expressão mais clara.

IV.O autor do texto erra ao tomar "manifestação da cultura e da arte popular brasileira" como sinônimo de ser "parte do patrimônio cultural e artístico nacional". Isso prejudica a coesão textual e a progressão das ideias.

Está correto o que se afirma em:

- (A) IV, apenas.
- (B) I, apenas.
- (C) II, III e IV, apenas.
- (D) I, II e III, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

Questão 02

(Correta: C)

A concordância nominal está corretamente feita no excerto a seguir:

"A atividade circense passou a ser oficialmente reconhecida como manifestação da cultura e da arte popular brasileira."

Analise as sentenças a seguir e registre V, para verdadeiras, e F, para falsas:

(___) Outra possibilidade de concordância, considerando o contexto em destaque, seria o adjetivo "brasileira" ser posto no plural, mantendo o feminino porque ele se refere a dois substantivos de mesmo gênero.

(___) Considere a seguinte construção: *O cinema e a música brasileiros são manifestações da nossa cultura.* O adjetivo "brasileiros", nesse contexto, está no masculino plural porque há duas palavras determinadas de gêneros diferentes (cinema e música), fazendo a concordância corretamente. Também poderia estar no feminino singular, concordando com o substantivo mais próximo.

(___) Em *O circo, o cinema e a música brasileira são manifestações da nossa cultura*, ao concordar apenas com o substantivo mais próximo, o adjetivo se limita a qualificar apenas este. Se o autor da sentença quiser se referir aos três elementos, obrigatoriamente, deve colocar o adjetivo com o gênero da maioria dos substantivos, portanto, ficando no masculino plural.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:

- (A) V – F – V.
- (B) F – F – F.
- (C) V – V – F.
- (D) F – V – F.
- (E) V – V – V.

O texto seguinte servirá de base para responder às

questões de 3 a 4.

Uma Copa com temperaturas altas já era algo de se esperar neste ano, a julgar pelo calor que caracterizou as duas edições mais recentes do torneio realizadas na região na mesma época do ano – no México em 1986 e nos Estados Unidos em 1994. A diferença é que, desde então, a humanidade continuou acelerando a emissão de gases do efeito estufa na atmosfera, aumentando a temperatura média do planeta e agravando a crise climática, que tem aumentado a frequência e a intensidade de ondas de calor e tempestades. [...]

Os riscos que as condições climáticas trazem para a Copa vêm sendo alardeados pelo menos desde novembro de 2024. Um estudo publicado na revista Scientific Reports, assinado por um grupo de cinco cientistas da Polônia e da Alemanha, avaliou se o calor e outros parâmetros climáticos poderiam representar uma ameaça aos atletas, levando em conta as condições meteorológicas das cidades que sediarão jogos do torneio. A análise mostrou que 10 dos 16 estádios da Copa "têm risco muito alto de apresentar condições de estresse térmico extremo", a depender do horário do dia, conforme concluiu o estudo.

O perigo é mais elevado no período entre 14 e 17 horas, quando a radiação solar e as temperaturas são mais intensas. De acordo com o estudo, as condições climáticas mais extremas apareceram nas cidades de Arlington (na Grande Dallas) e Houston, ambas no Texas, e de Monterrey, no México. Nessas cidades, o índice de estresse térmico usado pelos cientistas – que leva em conta o calor, a umidade, a radiação solar e o esforço físico dos atletas – pode alcançar um patamar que os autores consideram inaceitável. Nessas condições, os jogadores têm a sensação térmica equivalente a uma temperatura de 49,5 °C e podem perder uma quantidade muito grande de água durante a partida. Mas o trabalho foi criticado por não levar em conta que alguns estádios – incluindo os de Arlington e Houston – têm cobertura retrátil e sistemas de climatização, o que deve reduzir o risco de estresse térmico para os atletas.

(Disponível em: <https://1nk.dev/k6uq9gq>. Acesso em 16 mai. 2026. Adaptado.)

Questão 03

(Correta: E)

No uso da língua, o emprego dos tempos e dos modos verbais não acontece de modo fixo, por exemplo: passado para indicar fatos apenas já concluídos ou modo subjuntivo para indicar apenas o que é suposto, possível, incerto. A língua é dinâmica e, nesse sentido, é possível usar o presente do indicativo para exprimir outros sentidos para além de indicar que o fato acontece no instante da enunciação. Isso posto, associe a segunda coluna de acordo com a primeira, relacionando os usos do presente do indicativo (verbos em destaque)

a seus respectivos sentidos:

Primeira coluna: usos do presente do indicativo

- 1.A Terra **realiza** um movimento em torno de seu próprio eixo, cuja duração **é** de aproximadamente 24 horas.
- 2.No próximo dia 21 de junho, **entramos** no inverno, mas já faz frio em algumas partes do hemisfério sul.
- 3.Se você **quer** uma vida longa e ativa, precisa mudar seus hábitos agora.
- 4.Se, durante a viagem de férias, eu **me levanto** todos os dias às 5h para correr, minha irmã se aborreceria demais.

Segunda coluna: sentidos

- (__)
- Usa-se o presente do indicativo em referência a algo que ainda acontecerá e tem-se certeza.
- (__)
- Usa-se o presente do indicativo para indicar uma condição futura, possível de acontecer, mas incerta.
- (__)
- Usa-se o presente do indicativo para declarar algo que acontece habitualmente, que é atemporal.
- (__)
- Usa-se o presente do indicativo para indicar uma ação possível de ter acontecido no passado, como condição para outra ação acontecer.

Assinale a alternativa que apresenta a correta associação entre as colunas:

- (A) 3 – 2 – 4 – 1.
- (B) 4 – 1 – 2 – 3.
- (C) 1 – 3 – 4 – 2.
- (D) 1 – 2 – 3 – 4.
- (E) 2 – 3 – 1 – 4.

Questão 04

(Correta: A)

A partir da leitura atenta do texto, analise as sentenças a seguir:

I.O texto permite ao leitor compreender que, ao pensar na Copa do Mundo de Futebol que acontecerá este ano, na América do Norte, é necessário olhar criticamente para a questão climática, uma vez que, nos últimos 40 anos, a humanidade não freou a emissão de gases do efeito estufa na atmosfera, logo, a temperatura média do planeta não estagnou, nem reduziu, o que poderá contribuir para temperaturas elevadas durante os jogos em 2026.

II.Um estudo concluiu que, apesar de a minoria dos estádios que sediarão os jogos correrem risco muito elevado de apresentar condições de estresse térmico extremo, essa é uma questão que requer atenção, cuidado e medidas antecipadas.

III.O período de maior possibilidade de estresse térmico extremo é à tarde. Considerando as variáveis calor, umidade, radiação solar e esforço físico, nesse período, os atletas podem sofrer uma queda elevada de água no organismo.

É correto o que se afirma em:

- (A) I e III, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) II, apenas.
- (D) I, apenas.
- (E) I, II e III.

Questão 05

(Correta: D)

Cada um dos excertos a seguir apresenta um uso das variações dos porquês. Analise cada excerto quanto a esse uso:

I. Acho que amadurecer tem um pouco a ver com isso: deixar de medir os dias apenas pelo que produziram e começar a notar melhor o que eles ofereceram. **Por que** sim, a vida passa rápido.

II. Em quantas vezes a vida ainda tentou se oferecer a mim de um jeito simples, sem espetáculo, e eu quase não percebi **porquê** estava ocupado demais tentando acompanhar a velocidade do mundo.

III. Hoje vejo que uma parte importante do que me fez entender a vida melhor aconteceu justamente nesses intervalos menos vistosos, quando nada extraordinário estava acontecendo por fora e, por isso mesmo, alguma coisa podia finalmente acontecer por dentro. É curioso pensar nisso, **porque** a pressa nos acostuma a acreditar que só os grandes momentos têm valor.

IV. Hoje, olhando para trás, essa cena me parece quase um luxo. Talvez **por que** uma das descobertas mais desconcertantes da vida adulta seja esta: o tempo ganha velocidade sem pedir licença. Você mal se acostuma com o começo do ano e já está ouvindo alguém falar de Natal.

Está correto o uso em:

- (A) II e III, apenas.
- (B) I, II, III e IV.
- (C) I e IV, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) I, II e IV, apenas.

Questão 06

(Correta: A)

Leia o excerto a seguir:

"Outro dia eu estava guardando roupa limpa quando encontrei uma camiseta antiga, já meio 'cansada' na gola, **dessas** que perderam a utilidade de impressionar alguém e ganharam a utilidade mais nobre de guardar uma vida ou uma lembrança dentro. Na hora me lembrei de um fim de tarde da minha juventude, eu usando **aquela** camiseta, sentado na calçada da casa da minha mãe, sem nada urgente para fazer e sem a menor culpa por **isso**."

(Disponível em: <https://sl1nk.com/i0ved4z>. Acesso em 15 mai 2026.

Adaptado.)

Os pronomes demonstrativos mostram o que é deduzível do contexto ou da situação(o que foi mencionado antes ou que ainda será mencionado). Isso implica em o referente não estar apenas explícito na materialidade do texto, mas também externo ao texto, o que exige do leitor a mobilização de conhecimentos para estabelecer as relações e construir os sentidos de sua leitura. Analise os pronomes demonstrativos destacados no excerto, assim como as sentenças a seguir. Registre V, para verdadeiras, e F, para falsas:

(___) O pronome "essa" em "dessas que perderam a utilidade de impressionar alguém", substitui o substantivo "camisetas", evitando sua repetição desnecessária.

(___) Ainda a respeito do pronome "essa", autor não se refere a uma camiseta específica que está próxima a ele, mas a um tipo de camiseta que ele julga ser comum também para o leitor: uma camiseta qualquer, que qualquer pessoa pode ter, bastante usada.

(___) Em "eu usando aquela camiseta", o papel do pronome demonstrativo é determinar o substantivo, ou seja, o autor não se refere a qualquer camiseta, mas à mencionada no início do texto, de gola "cansada", e que o fez rememorar uma situação.

(___) Em "sem a menor culpa por isso", o pronome demonstrativo tem como referente todo o fato narrado pelo autor do texto.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:

- (A) V – V – V – F.
- (B) F – V – F – F.
- (C) V – F – V – F.
- (D) F – V – F – V.
- (E) F – F – V – V.

Questão 07

(Correta: C)

Leia o excerto a seguir e complete as lacunas com a(s) ou à(s):

Durante ____ Copa América de 2024, o guatemalteco Humberto Panjoj, árbitro assistente da partida entre Canadá e Peru, desmaiou na beira do campo. A causa foi desidratação, causada pelo calor intenso. A partida tinha começado ____ 17 horas, sob temperatura de 34 °C e umidade de 53%, na cidade americana de Kansas City, que estará entre ____ dezesseis cidades que sediarão jogos da Copa do Mundo. Depois que Panjoj foi retirado do campo, a partida transcorreu normalmente. O Canadá venceu por 1 ____ 0. [...]

O episódio chama ____ atenção para um fantasma que ronda a Copa do Mundo. Os três países que sediarão a competição – Estados Unidos, México e Canadá – de 11 de junho ____ 19 de julho estarão entre o fim da primavera e o início do verão.

(Disponível em: <https://l1nk.dev/k6uq9gq>. Acesso em 16 mai. 2026.

Adaptado.)

Assinale a alternativa que completa correta e respectivamente as lacunas no excerto:

- (A) a – as – as – à – à – à.
- (B) a – às – às – à – a – à.
- (C) a – às – as – a – a – a.
- (D) à – as – as – a – à – a.
- (E) à – às – às – à – a – a.

Questão 08

(Correta: D)

Leia o excerto a seguir:

Autora de obras diversas em gênero, em forma – que vão da crônica ao ensaio, passando pela dramaturgia e por livros _____ –, Cidinha da Silva confirma a cada publicação sua relevância na literatura brasileira contemporânea.

Entre as publicações recentes, destacam-se *Vamos falar de relações raciais?: Crônicas para debater o _____* (Autêntica, 2024) e *Só bato em cachorro grande, do meu tamanho ou maior: 81 lições do método Sueli Carneiro* (Rosa dos Tempos, 2025) – e a autora de Belo Horizonte acaba de lançar, pela Relicário, a _____ *Quando borboletas furiosas se tornam mulheres negras: Nós e os livros*.

Cidinha da Silva conversa com a *Cult* sobre o novo livro – que tem como proposta "explicitar e exemplificar situações frequentes de exploração e _____ das escritoras negras".

(Disponível em: <https://acesse.one/2v41sri>. Acesso em 15 mai. 2026. Adaptado.)

A respeito da ortografia e do uso ou não do hífen, assinale a alternativa que completa, correta e respectivamente, as lacunas no excerto:

- (A) Infanto-juvenis – antirracismo – não-ficção – subalternização.
- (B) Infanto-juvenis – anti-racismo – não-ficção – sub-alternização.
- (C) Infantojuvenis – anti-racismo – não ficção – su-balternização.
- (D) Infantojuvenis – antirracismo – não ficção – subalternização.
- (E) Infanto juvenis – anti racismo – não ficção – subalternização.

Questão 09

(Correta: E)

Analise as sentenças a seguir quanto à concordância dos verbos destacados:

I. Tanto o malabarismo quanto a palhaçaria **são** práticas da arte circense.

II. **Faz** parte da cultura brasileira não só o cinema como o

circo.

III. O circo, com seus artistas, **lutou** para que a arte fosse reconhecida como manifestação da cultura brasileira.

IV. Nem o circo nem o grafite **deveriam ser** excluídos do reconhecimento como arte popular no Brasil.

Está correta a concordância dos verbos destacados em:

- (A) IV, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) III e IV, apenas.
- (D) I, II e III, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

Questão 10

(Correta: E)

Toda ciência tem um drama humano em seu fundo. Mais do que uma curiosidade, a ciência visa resolver algum problema. Estuda-se astronomia e cosmologia para entender os fenômenos cósmicos, a geologia visa entender os fenômenos físicos e químicos do planeta, a sociologia quer tornar compreensível o modo de ser das sociedades, enquanto a história é a ciência que estuda o que já passou. A questão antropológica fundamental diz respeito ao "ser humano". Como vive, como age, como habita, como sente, como trabalha, como produz, como se organiza e se movimenta, como cria arte, religião ou qualquer forma de linguagem, como se expressa e se comunica.

(Disponível em: <https://acesse.one/ki3f9eb>. Acesso em: 15 mai. 2026. Adaptado.)

Analise as sentenças a seguir:

I. No trecho sublinhado, as vírgulas foram usadas pelo mesmo motivo em todo o trecho: separar termos ou orações coordenadas assindéticas.

II. As aspas, simples ou duplas, podem ser usadas por vários motivos e são um sinal de pontuação. No contexto em análise, as aspas foram usadas em "ser humano" para indicar que a expressão tem outro sentido, diferente do que comumente denota.

III. No trecho "Mais do que uma curiosidade, a ciência visa resolver algum problema", a vírgula foi usada porque há uma oração subordinada adverbial (nesse caso comparativa), que exerce a mesma função do adjunto adverbial e está anteposta ao verbo. Essa mesma sentença poderia ser reescrita sem a vírgula, assim: *A ciência visa resolver um problema mais do que uma curiosidade.*

É correto o que se afirma em:

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) I e III, apenas.

MATEMÁTICA/RACIOCÍNIO LÓGICO

Questão 11

(Correta: B)

Uma confeitadeira preparou 20 quilogramas de massa para produzir tortas. Pela manhã, utilizou dois quintos ($\frac{2}{5}$) da massa preparada. À tarde, utilizou mais 4 quilogramas. Pode-se afirmar que a fração da massa preparada que sobrou foi de:

- (A) Três décimos.
- (B) Dois quintos.
- (C) Um meio.
- (D) Três quintos.
- (E) Um quinto.

Questão 12

(Correta: E)

Uma indústria produziu peças metálicas para serem distribuídas igualmente em 15 caixas. Depois, decidiu distribuir a mesma quantidade de peças em apenas 12 caixas, de modo que cada uma delas passou a receber 40 peças a mais do que receberia no plano inicial. Nessas condições, o número total de peças produzidas foi igual a:

- (A) 2.800
- (B) 3.200.
- (C) 2.600.
- (D) 3.000.
- (E) 2.400.

Questão 13

(Correta: D)

Em uma caixa estão guardados cartões numerados de 1 a 20. Um desses cartões será retirado ao acaso. Pode-se afirmar que a probabilidade de o número retirado ser múltiplo de 3 ou número par é igual a:

- (A) 60%.
- (B) 80%.
- (C) 75%.
- (D) 65%.
- (E) 70%.

Questão 14

(Correta: B)

Uma distribuidora analisou a entrega de caixas de um produto em dois dias consecutivos. Na segunda-feira, foram entregues 300 caixas. Na terça-feira, esse número foi 40% menor que o da segunda-feira. Considerando os dois dias, pode-se afirmar que a porcentagem de caixas entregues na terça-feira, em relação ao total entregue nesses dois dias, foi de:

- (A) 40,0%.
- (B) 37,5%.
- (C) 62,5%.
- (D) 45,0%.
- (E) 60,0%.

Questão 15

(Correta: E)

Em um centro de pesquisa, um procedimento técnico é composto por três etapas sucessivas. A primeira etapa dura 50 minutos. A segunda etapa dura três meios ($\frac{3}{2}$) do tempo da primeira. A terceira etapa dura 20 minutos a menos que a soma das duas primeiras. Pode-se afirmar que o tempo total necessário para concluir o procedimento é igual a:

- (A) 4 horas e 25 minutos.
- (B) 3 horas e 55 minutos.
- (C) 4 horas e 5 minutos.
- (D) 4 horas e 15 minutos.
- (E) 3 horas e 50 minutos.

CONHECIMENTOS EM INFORMÁTICA

Questão 16

(Correta: E)

Em uma instituição que utiliza o Google Workspace como suíte de produtividade, a organização e a segurança dos dados dependem da escolha correta entre o uso do "Meu Drive" e dos "Drives Compartilhados". Sobre a lógica de funcionamento e a gestão de permissões nesses ambientes, assinale a alternativa correta:

- (A) O recurso "Compartilhados comigo" atua como uma partição de backup do Google Drive, onde o sistema cria automaticamente cópias de segurança de arquivos recebidos de terceiros para evitar a perda de dados caso o proprietário original exclua o documento.
- (B) O compartilhamento de uma pasta no "Meu Drive" com permissão de "Editor" transfere automaticamente a propriedade de todos os subarquivos para o novo colaborador, permitindo que ele gerencie a cota de armazenamento desses itens de forma independente.
- (C) A atribuição da permissão de "Comentador" em um documento do Google Docs concede ao usuário o privilégio técnico de aceitar ou rejeitar sugestões de edição feitas por outros colaboradores, embora o impeça de alterar o texto original de forma direta.
- (D) A sincronização de arquivos institucionais por meio do aplicativo "Google Drive para Computador" (Drive for Desktop) elimina a necessidade de conexão com a internet para a validação das chaves de criptografia e das permissões de acesso em tempo real.

- (E) Nos Drives Compartilhados, os arquivos pertencem à organização e não a um usuário individual; portanto, se um membro da equipe for desligado ou removido do grupo, os documentos permanecem no drive, assegurando a continuidade dos processos e a preservação do acervo institucional.

Questão 17

(Correta: B)

No cotidiano administrativo, é comum a alternância entre o uso de computadores com Windows 10 e dispositivos móveis (smartphones e tablets) com Android ou iOS. Sobre a utilização e as características básicas desses sistemas operacionais, sob a perspectiva do usuário, assinale a alternativa correta:

- (A) A "Lixeira" nos sistemas operacionais móveis (Android e iOS) funciona de maneira idêntica à do Windows 10, mantendo todos os arquivos excluídos de forma permanente e por tempo ilimitado, até que o usuário execute manualmente o comando de esvaziamento.
- (B) A utilização de uma conta de usuário unificada (como Google, Microsoft ou Apple) permite a sincronização de informações entre diferentes dispositivos, possibilitando que senhas salvas, favoritos do navegador e documentos em nuvem sejam acessados tanto no computador quanto no celular.
- (C) As atualizações de sistema no Windows 10 ou no iOS, quando realizadas via rede Wi-Fi, resultam na exclusão de todos os arquivos pessoais armazenados na pasta "Downloads" para garantir que o novo software tenha espaço suficiente para a instalação.
- (D) Aplicativos de produtividade desenvolvidos nativamente para o ambiente Windows 10 (com extensões .exe ou .msi) podem ser instalados e executados diretamente em dispositivos Android ou iOS, desde que o smartphone possua espaço de armazenamento superior ao do computador original.
- (E) O reconhecimento facial ou a biometria digital, utilizados para desbloquear smartphones, são armazenados automaticamente nos servidores de nuvem dos fabricantes, permitindo que o usuário acesse qualquer outro aparelho da mesma marca sem a necessidade de cadastrar novamente sua biometria.

Questão 18

(Correta: E)

No âmbito da Administração Pública, a garantia da segurança dos dados e das comunicações digitais é pautada por princípios fundamentais que asseguram a validade jurídica e a proteção contra acessos indevidos. Sobre esses conceitos e suas aplicações práticas, assinale a alternativa correta:

- (A) Segundo a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), o consentimento do titular é a única base legal que permite o tratamento de dados pessoais no setor público, vedando a utilização de informações para execução de políticas públicas sem autorização expressa e individual.
- (B) A Confidencialidade é o pilar da segurança que assegura que a informação esteja sempre acessível e pronta para uso pelos usuários autorizados, independentemente de falhas de hardware ou ataques de negação de serviço.
- (C) O backup (cópia de segurança) realizado em servidores de nuvem distribuídos tem como finalidade técnica primordial garantir a Autenticidade dos arquivos, certificando que o conteúdo original não sofreu alterações por agentes maliciosos.
- (D) O uso de criptografia de ponta a ponta em serviços de videoconferência visa assegurar o princípio da Disponibilidade, impedindo que o fluxo de dados seja interrompido por oscilações na largura de banda da rede mundial de computadores.
- (E) O princípio do Não repúdio (ou Irretratibilidade) garante que o autor de uma transação ou assinatura digital não possa negar a autoria da operação, permitindo que a integridade e a origem da informação sejam verificadas e validadas legalmente.

Questão 19

(Correta: C)

Em ambientes de rede e plataformas de colaboração em nuvem (como o Google Workspace ou servidores Windows), a estruturação de pastas e a definição de níveis de acesso são cruciais para a segurança institucional. Sobre os conceitos de gerenciamento de informações em ambientes compartilhados, assinale a alternativa correta:

- (A) A cota de armazenamento disponível em uma pasta compartilhada é determinada pela soma do espaço livre em disco de todos os colaboradores autorizados, permitindo que a capacidade de armazenamento do setor aumente de forma automática e proporcional à entrada de novos membros na equipe.
- (B) O gerenciamento de nomes de arquivos em ambientes compartilhados de rede elimina as limitações de comprimento do caminho (*path length*), permitindo a criação de subpastas infinitas sem que ocorram erros de sincronização ou de leitura pelo sistema operacional.
- (C) A gestão de acessos em estruturas hierárquicas de pastas baseia-se, comumente, no conceito de herança, no qual as permissões configuradas em um diretório de nível superior (diretório pai) são automaticamente replicadas para as suas subpastas e arquivos (objetos filhos), facilitando a padronização do controle de segurança.

- (D) Em sistemas modernos de edição colaborativa na nuvem, o recurso de "bloqueio de arquivo" (*file locking*) é obrigatoriamente ativado sempre que um usuário abre um documento, impedindo que outros colaboradores visualizem ou editem o conteúdo até que o arquivo seja fechado e a sessão encerrada.
- (E) A exclusão de um atalho para um documento dentro de uma pasta compartilhada em rede acarreta a remoção definitiva do arquivo original no servidor, exigindo que o administrador do sistema realize a restauração via backup para que outros usuários recuperem o acesso.

Questão 20

(Correta: C)

No cotidiano da administração pública, o uso de arquivos em formato PDF (Portable Document Format) e do software Adobe Acrobat Reader é importante para a troca de documentos oficiais. Sobre as características técnicas, padrões de arquivamento e recursos de segurança desse formato, assinale a alternativa correta:

- (A) A assinatura digital baseada em certificado, quando aplicada via Adobe Reader, garante a autenticidade do autor, porém, o software permite que modificações posteriores no texto original sejam realizadas por qualquer usuário sem que a validade jurídica do selo de assinatura seja contestada ou invalidada pelo sistema.
- (B) O recurso de busca avançada em arquivos PDF depende obrigatoriamente da tecnologia OCR (Reconhecimento Óptico de Caracteres) ativa no hardware do usuário, uma vez que o formato PDF não possui a capacidade nativa de armazenar texto em formato vetorial pesquisável.
- (C) O padrão PDF/A é uma variante do formato PDF projetada especificamente para o arquivamento de longo prazo de documentos eletrônicos, garantindo que o arquivo seja visualizado da mesma forma no futuro ao exigir que todos os elementos necessários (como fontes e perfis de cores) estejam incorporados ao próprio arquivo.
- (D) O formato PDF impede a inclusão de metadados descritivos (como autor, título e palavras-chave) nas propriedades do arquivo, priorizando a redução do tamanho do documento e a velocidade de transmissão em redes de intranet com baixa largura de banda.
- (E) A função "Proteger com Senha" do Adobe Reader, ao ser aplicada a um documento, realiza a alteração da extensão original do arquivo de .pdf para .enc, visando assegurar que apenas sistemas operacionais com módulos de criptografia ativos consigam processar o cabeçalho do documento.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão 21

(Correta: E)

O Estado "Y", visando modernizar a prestação de serviços de saneamento básico e transporte intermunicipal, planeja reestruturar sua atuação. Sobre a organização, execução e remuneração dos serviços públicos, assinale a alternativa correta:

- (A) A autorização de serviço público é um contrato administrativo bilateral, solene e estável, utilizado para serviços de grande porte e urgência, no qual a remuneração do particular é garantida pelo princípio da modicidade, impedindo a retomada do serviço pelo Estado sem prévia e justa indenização em dinheiro.
- (B) Na execução centralizada, o serviço é prestado por pessoas jurídicas de direito privado criadas pelo Estado, como empresas públicas e sociedades de economia mista, que integram a Administração Indireta e são obrigatoriamente remuneradas por taxa tributária, em razão da essencialidade do serviço.
- (C) A concessão comum de serviço público, diversamente da parceria público-privada (PPP), prescinde de licitação prévia sempre que o objeto envolver a execução de obra pública associada à prestação do serviço, sendo a remuneração do concessionário feita exclusivamente por dotação orçamentária direta do ente federado.
- (D) A outorga é a modalidade de descentralização em que o Poder Público transfere a titularidade e a execução do serviço a particulares prestadores de serviços, formalizada obrigatoriamente por meio de contrato de adesão e remunerada por preço público (tarifa) de natureza não tributária.
- (E) A descentralização por delegação ocorre quando o Estado transfere apenas a execução do serviço a particulares, mediante contrato (concessão ou permissão) ou ato unilateral (autorização), podendo a remuneração ser feita por tarifa paga pelo usuário ou, no caso de Parceria Público-privada (PPP) patrocinada, por uma combinação de tarifa e aporte de recursos públicos.

Questão 22

(Correta: E)

Sobre a disciplina das nulidades processuais e do Ministério Público no Código de Processo Civil, julgue as seguintes assertivas:

I.É nulo o processo quando o membro do Ministério Público não for intimado a acompanhar o feito em que deva intervir.

II.Quando a lei estabelecer determinada forma processual, o juiz deverá invalidar o ato que for realizado de outro modo.

III. Ainda que seja possível decidir o mérito a favor da parte a quem aproveite a decretação da nulidade, o juiz deverá anular o ato.

IV. O Ministério Público poderá produzir provas, requerer as medidas processuais pertinentes e apresentar recurso quando, não sendo parte no processo, nele intervir como fiscal da ordem jurídica.

É correto o que se afirma em:

- (A) II e III, apenas.
- (B) I, II, III e IV.
- (C) I e II, apenas.
- (D) III e IV, apenas.
- (E) I e IV, apenas.

Questão 23

(Correta: A)

Acerca da Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), estabelecida pela Lei n.º 12.187/2009 e alterações posteriores, assinale a alternativa correta:

- (A) A mitigação compreende mudanças tecnológicas e a implementação de medidas que reduzam as emissões por unidade de produção, abrangendo também o fortalecimento de processos ou mecanismos que removam gases de efeito estufa da atmosfera, denominados sumidouros.
- (B) O princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, deve nortear a execução da PNMC em todo o território nacional, obrigando entes públicos e privados a sopesar, de forma equitativa, os ônus e encargos decorrentes da origem das fontes emissoras locais.
- (C) Consideram-se diretrizes da PNMC o estabelecimento de padrões ambientais e de metas quantificáveis para a redução de emissões, bem como a utilização de critérios de preferência em licitações públicas para propostas que propiciem maior economia de recursos naturais.
- (D) De acordo com as definições legais, a adaptação consiste no grau de suscetibilidade e incapacidade de um sistema de lidar com os efeitos adversos da mudança do clima, em função de sua sensibilidade e capacidade de resposta a eventos extremos.
- (E) Os objetivos da Política Nacional sobre Mudança do Clima devem priorizar exclusivamente o crescimento econômico industrial, sendo vedada a utilização de recursos da PNMC para ações de erradicação da pobreza ou redução de desigualdades sociais.

Questão 24

(Correta: D)

Em conformidade com as normas que regem o processo administrativo fiscal e o procedimento fiscal (Decreto n.º 70.235/72), assinale a alternativa correta:

- (A) Caso o contribuinte receba um auto de infração e decida apresentar impugnação, deverá fazê-lo no prazo de 20 dias corridos, excluindo-se o dia do início e incluindo-se o do vencimento, desde que o prazo não se inicie ou vença em dia sem expediente normal.
- (B) O curso do prazo processual suspende-se anualmente entre os dias 20 de dezembro e 20 de janeiro, inclusive, período no qual ficam vedadas quaisquer atividades de fiscalização ou lavratura de novos autos de infração pela Fazenda Pública.
- (C) Se o sujeito passivo apresentar impugnação tempestiva, mas deixar de contestar expressamente um dos fatos narrados no auto de infração, a autoridade julgadora deverá, obrigatoriamente e de ofício, realizar perícia técnica para suprir a omissão do impugnante antes de proferir a decisão.
- (D) O início do procedimento fiscal, como o primeiro ato de ofício escrito cientificado ao sujeito passivo, interrompe a espontaneidade deste em relação a infrações anteriores, sendo que tal ato terá validade por 90 dias, podendo ser prorrogado sucessivamente por igual período mediante ato escrito que indique o prosseguimento dos trabalhos.
- (E) Na ausência de prazo expressamente previsto no Decreto para a realização de um ato a cargo do sujeito passivo, aplica-se a regra geral de 10 dias corridos para a sua efetivação.

Questão 25

(Correta: E)

A empresa "Transportes Rápidos Ltda." possui uma dívida vencida de R\$ 100.000,00 com o Banco Z. Sem disponibilidade de caixa, a empresa propõe ao banco a entrega de um caminhão de sua frota para quitar integralmente o débito. O banco aceita a proposta e as partes fixam o valor do veículo em R\$ 100.000,00 no instrumento de quitação. No entanto, dois meses após a entrega, o caminhão é apreendido por uma decisão judicial em favor de um terceiro que provou ser o verdadeiro proprietário do bem. Com base nas disposições do Código Civil, assinale a alternativa correta:

- (A) Se, em vez de um veículo físico, a empresa tivesse entregue um título de crédito (como uma nota promissória de terceiros) para quitar a dívida, tal operação seria regida pelas normas da novação subjetiva, e não pelas regras da cessão de crédito.
- (B) A dação em pagamento é um direito subjetivo do devedor, de modo que o credor é obrigado a aceitar prestação diversa da pactuada (como o caminhão no lugar do dinheiro) desde que o valor do bem seja igual ou superior ao montante da dívida.
- (C) Por terem as partes fixado o preço do caminhão no momento da entrega, o negócio jurídico passa a ser regido exclusivamente pelas normas do contrato de doação, o que impede a restauração da obrigação original em caso de vício no objeto.

- (D) Uma vez que o banco aceitou o caminhão e deu quitação plena, a obrigação original foi definitivamente extinta, restando ao banco apenas o direito de pleitear perdas e danos em uma nova ação autônoma, sem restaurar a dívida antiga.
- (E) Com a perda do bem por evicção, a obrigação primitiva de pagar os R\$ 100.000,00 renasce para a empresa devedora, tornando sem efeito a quitação anteriormente dada pelo banco, ressalvados eventuais direitos de terceiros de boa-fé.

Questão 26

(Correta: E)

O Estado, ao manifestar sua vontade para criar, modificar ou extinguir direitos sob o regime de direito público, pratica o chamado ato administrativo. Sobre os conceitos, elementos e extinção desses atos, assinale a alternativa correta:

- (A) De acordo com a teoria dos motivos determinantes, a validade do ato administrativo está desvinculada do motivo declarado, de modo que, mesmo sendo falso o motivo exposto, o ato permanece válido se a motivação não fosse obrigatória por lei.
- (B) A revogação é o desfazimento do ato administrativo por razões de ilegalidade, podendo ser realizada tanto pela própria Administração Pública quanto pelo Poder Judiciário, produzindo efeitos retroativos (*ex tunc*).
- (C) O vício de finalidade, também conhecido como excesso de poder, ocorre quando o agente busca um fim alheio ao interesse público ou diverso do previsto em lei, sendo um vício passível de convalidação pela administração.
- (D) O atributo da autoexecutoriedade, que permite à Administração executar suas decisões sem intervenção prévia do Judiciário, é uma característica presente em todos os atos administrativos, inclusive nas sanções pecuniárias.
- (E) A convalidação é o instituto que permite o aproveitamento de atos administrativos com vícios sanáveis, retroagindo seus efeitos à data de sua emissão (*ex tunc*), desde que o defeito se refira à competência (não exclusiva) ou à forma (não essencial).

Questão 27

(Correta: C)

Considere as normas e a jurisprudência atualizada sobre as modalidades de intervenção do Estado na propriedade e assinale a alternativa correta:

- (A) A retrocessão é o direito do expropriado de exigir a devolução do bem caso a Administração Pública dê ao imóvel uma destinação pública diferente da prevista no decreto original, ainda que mantida a finalidade de interesse coletivo.

- (B) Na desapropriação extraordinária para fins de reforma agrária, compete aos Estados e Municípios desapropriar imóveis rurais que não cumpram sua função social, mediante indenização prévia e justa paga exclusivamente em dinheiro.
- (C) A desapropriação por zona permite que o Poder Público inclua, no decreto de utilidade pública, áreas contíguas necessárias ao desenvolvimento de uma obra ou zonas que se valorizem extraordinariamente em decorrência do serviço, podendo estas ser destinadas à revenda.
- (D) A desapropriação indireta configura-se como uma modalidade restritiva de intervenção, na qual o proprietário mantém o domínio do bem, mas sofre limitações administrativas impostas por normas ambientais que esvaziam o conteúdo econômico do imóvel.
- (E) O confisco ou desapropriação confiscatória, aplicável a propriedades onde se localize trabalho escravo ou culturas ilegais de plantas psicotrópicas, admite o pagamento de indenização parcial ao proprietário que comprove boa-fé.

Questão 28

(Correta: C)

O Governador do Estado "Y", diante de uma grave crise de segurança pública e visando reorganizar a estrutura administrativa da Polícia Civil local, edita a Medida Provisória n.º 50/2026. O texto da MP cria novos cargos de provimento em comissão para funções de assessoramento jurídico, aumenta a remuneração dos atuais delegados e, em seu artigo 5º, altera regras de Direito Processual Penal para agilizar inquéritos no âmbito estadual. Um Deputado Estadual da oposição, entendendo haver vício no processo legislativo, pretende impedir a continuidade da tramitação da norma. Com base nas disposições da Constituição Federal, assinale a alternativa correta:

- (A) O aumento de despesa previsto na Medida Provisória para a remuneração dos delegados é plenamente válido, pois, em projetos de iniciativa exclusiva do Chefe do Executivo, o Poder Legislativo não sofre qualquer restrição quanto ao aumento de gastos durante a tramitação parlamentar.
- (B) Caso o projeto de lei de conversão da referida Medida Provisória sofra rejeição em votação no plenário da Assembleia Legislativa, o Governador poderá reeditar a mesma matéria em uma nova Medida Provisória dentro da mesma sessão legislativa, em homenagem ao princípio da eficiência.
- (C) A Medida Provisória é formalmente inconstitucional em relação ao seu artigo 5º, uma vez que a Constituição Federal veda expressamente a edição de medidas provisórias sobre matéria relativa a direito penal, processual penal e processual civil.

- (D) Por se tratar de matéria de organização administrativa e criação de cargos, a iniciativa para a deflagração do processo legislativo é concorrente, podendo qualquer membro da Assembleia Legislativa apresentar projeto de lei com o mesmo conteúdo da Medida Provisória.
- (E) Caso a Medida Provisória não seja apreciada em até 30 (trinta) dias contados de sua publicação, ela perderá automaticamente sua eficácia desde a edição, sendo vedada qualquer prorrogação de prazo pelo Congresso Nacional ou Assembleia Legislativa.

Questão 29

(Correta: E)

Pedro, proprietário de uma fazenda, observa que um grupo de cães domésticos que foram abandonados em uma rodovia próxima tornaram-se selvagens (ferais) e passaram a caçar bezerros em seu pasto. Paralelamente, Pedro deseja iniciar uma criação de animais silvestres nativos em sua propriedade para fins econômicos e industriais, além de organizar um clube de tiro ao voo para promover o associativismo na região. Com base na Lei n.º 5.197/1967, assinale a alternativa correta:

- (A) O exercício da caça profissional é permitido no Brasil, desde que praticado em terras de domínio privado e mediante o pagamento da taxa anual de licença equivalente a um décimo do salário-mínimo mensal.
- (B) Por estarem dentro de sua propriedade privada, os animais silvestres, bem como seus ninhos e abrigos, passam a ser bens de domínio particular de Pedro, o que lhe confere o direito de propriedade plena sobre a fauna que habita seus domínios.
- (C) Pedro poderá realizar o abate dos animais ferais e de quaisquer espécies silvestres consideradas nocivas à sua lavoura de forma imediata e autônoma, sendo a licença da autoridade competente necessária apenas para a comercialização dos produtos oriundos do abate.
- (D) A introdução de novas espécies animais no território nacional para fins de repovoamento da fazenda de Pedro prescinde de parecer técnico oficial, desde que o proprietário comprove que a espécie não possui similares na fauna local.
- (E) Os animais domésticos que, por abandono, tornem-se selvagens ou ferais, podem ser objeto de utilização, perseguição ou apanha, sendo ainda diretriz da lei que o Poder Público estimule a construção de criadouros de animais silvestres para fins econômicos e a formação de clubes de tiro ao voo.

Questão 30

(Correta: B)

Com base nas disposições da Lei n.º 4.717/1965, que regula a Ação Popular, assinale a alternativa correta:

- (A) O prazo de contestação é de 15 (quinze) dias, comum a todos os réus, podendo ser prorrogado por igual período caso a produção de prova documental seja particularmente difícil, fluindo o prazo a partir da citação individual de cada um dos requeridos.
- (B) Se o autor desistir da ação ou der motivo à absolvição da instância, qualquer cidadão ou o representante do Ministério Público poderá promover o prosseguimento da demanda, dentro do prazo de 90 (noventa) dias a contar da última publicação do edital destinado a esse fim.
- (C) No caso de instituições para cuja criação ou custeio o tesouro público concorra com menos de 50% (cinquenta por cento) do patrimônio ou da receita anual, a Ação Popular poderá anular o ato lesivo em sua totalidade, independentemente da repercussão sobre a contribuição dos cofres públicos.
- (D) Em relação à prova da cidadania para o ingresso em juízo, esta deverá ser feita obrigatória e exclusivamente mediante a apresentação do certificado de quitação eleitoral atualizado, sob pena de indeferimento da petição inicial.
- (E) A sentença que concluir pela carência ou pela improcedência da ação popular produzirá efeitos imediatos após sua publicação, cabendo ao autor a interposição de recurso de apelação, sem que haja necessidade de confirmação pelo tribunal (reexame necessário).

Questão 31

(Correta: D)

Durante uma fiscalização em uma zona rural e ribeirinha, agentes ambientais constataam os seguintes fatos:

1. João mantém em sua propriedade um gato de estimação que apresenta tatuagens com fins puramente estéticos em ambas as orelhas, realizadas com o seu consentimento.

2. Marcos é flagrado abatendo um animal silvestre que estava destruindo sua plantação de milho. Marcos alega que o abate foi necessário para proteger seu sustento, embora não possuísse autorização prévia de qualquer órgão ambiental.

3. Uma indústria local, ao descartar resíduos químicos de forma irregular, provoca um desastre ambiental que atinge o rio vizinho, resultando na morte de milhares de peixes e afetando severamente a saúde da fauna silvestre que bebia daquela água.

Considerando as disposições da Lei n.º 9.605/1998 e suas atualizações, assinale a alternativa correta:

- (A) A responsabilidade da indústria restringe-se ao perecimento da fauna aquática, não havendo previsão legal na Lei de Crimes Ambientais para punir o sofrimento causado aos animais silvestres terrestres em decorrência de desastres ambientais.

- (B) O abate realizado por Marcos não configura crime ambiental, pois a lei assegura o direito de proteção à lavoura contra animais predadores como uma forma de legítima defesa do patrimônio, independentemente de manifestação do poder público.
- (C) A legislação define como "pesca" apenas o ato de captura de peixes com fins de aproveitamento econômico, excluindo desse conceito a coleta de crustáceos ou vegetais hidróbios se praticada sem intuito de lucro.
- (D) A conduta de João é legalmente equiparada ao crime de maus-tratos, sujeitando-o às penas de reclusão e proibição da guarda, uma vez que a legislação veda expressamente a realização de tatuagens em gatos com fins estéticos.
- (E) Se João, em vez de um gato, mantivesse em cativeiro um pássaro silvestre não ameaçado de extinção como animal doméstico, o juiz estaria obrigado a aplicar a pena de detenção de forma integral, sem possibilidade de perdão judicial.

Questão 32

(Correta: C)

No que concerne ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), de acordo com o Código Tributário Nacional e a Constituição Federal, assinale a alternativa correta:

- (A) O locatário de um imóvel residencial urbano é considerado contribuinte do IPTU, possuindo legitimidade ativa para discutir a relação jurídico-tributária e pleitear a repetição de indébito perante o Fisco.
- (B) O fato gerador do IPTU é a propriedade de bem imóvel localizado exclusivamente em zona urbana, sendo que a incidência do imposto sobre áreas de expansão urbana depende obrigatoriamente da existência de melhoramentos como meio-fio ou abastecimento de água.
- (C) O Poder Executivo possui a prerrogativa de atualizar a base de cálculo do IPTU, desde que observe os critérios e parâmetros estabelecidos em lei municipal.
- (D) O IPTU incide sobre templos de qualquer culto, inclusive na hipótese em que as entidades religiosas detentoras da imunidade constitucional sejam apenas locatárias do bem imóvel.
- (E) É constitucional a lei municipal que, editada antes da Emenda Constitucional n.º 29/2000, tenha estabelecido alíquotas progressivas para o IPTU com base exclusivamente no valor venal do imóvel, independentemente do cumprimento da função social da propriedade.

Questão 33

(Correta: D)

A Assembleia Legislativa do Estado "Z" aprovou a Lei Estadual n.º 999/2026, de iniciativa de um Deputado

Estadual, que dispõe sobre a reestruturação do Tribunal de Justiça local. A lei estabelece, entre outros pontos, que:

- 1.O ingresso na magistratura estadual prescindirá da comprovação de atividade jurídica para candidatos que já possuam título de doutorado;
- 2.A promoção por antiguidade de um magistrado poderá ser recusada pelo Tribunal pelo voto da maioria simples de seus membros;
- 3.O "Quinto Constitucional" passará a ser de um terço das vagas, visando maior democratização do Tribunal;
- 4.Fica permitida a remoção de ofício de magistrados vitalícios por decisão fundamentada do Presidente do Tribunal de Justiça, sem necessidade de votação pelo colegiado.

O Governador do Estado ajuíza uma Representação de Inconstitucionalidade perante o próprio Tribunal de Justiça, alegando vício de iniciativa e violação aos preceitos da Constituição Federal repetidos na Carta Estadual. Com base nas normas constitucionais e no sistema de controle de constitucionalidade, assinale a alternativa correta:

- (A) A regra da lei estadual que dispensa a atividade jurídica para doutores é constitucional, uma vez que o art. 93, I, da CF, ao exigir três anos de atividade jurídica, estabelece uma norma de eficácia limitada que pode ser flexibilizada pelos Estados conforme o interesse local.
- (B) A alteração da composição do Tribunal para aumentar o "Quinto Constitucional" para um terço é válida, pois o art. 94 da CF estabelece apenas um parâmetro mínimo de participação do Ministério Público e da Advocacia, permitindo que a legislação estadual amplie essa proporção.
- (C) O Tribunal de Justiça, ao analisar a referida lei em sede de controle abstrato, poderá declarar sua inconstitucionalidade por meio de decisão de sua Câmara Cível, composta por 5 (cinco) desembargadores, sem necessidade de submissão ao Pleno ou Órgão Especial, em nome da celeridade processual.
- (D) A Lei Estadual n.º 999/2026 apresenta vício de iniciativa insanável, pois a competência para propor leis que alterem a organização judiciária e o regime jurídico da magistratura estadual é privativa do Tribunal de Justiça, além de violar normas de reprodução obrigatória como o quórum de 2/3 para recusa de promoção por antiguidade.
- (E) A previsão de remoção de ofício de magistrados por decisão isolada do Presidente do Tribunal é compatível com a Constituição Federal, visto que a garantia da inamovibilidade não se aplica quando houver interesse público devidamente fundamentado pela chefia do Poder Judiciário.

Questão 34

(Correta: A)

Leve em conta a disciplina do Código de Processo Civil sobre a tutela provisória e os procedimentos especiais, e julgue as seguintes assertivas:

I.Caso o juiz julgue improcedente o pedido principal formulado pelo autor ou extinga o processo sem resolução de mérito, cessará a eficácia da tutela concedida em caráter antecedente.

II.A propositura de uma ação possessória em vez de outra impedirá que o juiz conheça do pedido e outorgue a proteção legal correspondente àquela cujos pressupostos estejam provados, por força do princípio da legalidade estrita.

III.A tutela provisória conserva sua eficácia na pendência do processo, mas pode, a qualquer tempo, ser revogada ou modificada. Além disso, na decisão que conceder, negar, modificar ou revogar a tutela provisória, o juiz motivará seu convencimento de modo claro e preciso.

IV.A ação monitória pode ser proposta por aquele que afirmar, com base em prova escrita sem eficácia de título executivo, ter direito de exigir do devedor o pagamento de quantia em dinheiro. Obrigações de fazer e de entrega de coisa não podem embasar a ação monitória, devendo o credor buscar o procedimento comum.

É correto o que se apresenta em:

- (A) I e III, apenas.
- (B) I, II, III e IV.
- (C) II e IV, apenas.
- (D) I, apenas.
- (E) II, III e IV, apenas.

Questão 35

(Correta: C)

O Governador e o Vice-Governador do Estado "W" faleceram em um trágico acidente aéreo no curso do terceiro ano do mandato. Diante da vacância de ambos os cargos, o Presidente da Assembleia Legislativa assumiu interinamente a chefia do Executivo. Seguindo a Constituição Federal (que serve de parâmetro de simetria obrigatória), a Assembleia Legislativa iniciou os preparativos para a nova eleição. Paralelamente, o Governador interino editou um decreto extinguindo cargos públicos ocupados e concedendo indulto a presos por crimes estaduais. Com base nas disposições da Constituição Federal sobre o Poder Executivo, assinale a alternativa correta:

- (A) O Governador interino possui atribuição constitucional para delegar a competência de conceder indulto ao Procurador-Geral do Estado ou aos seus Secretários, desde que o faça por meio de lei delegada aprovada pelo Congresso Nacional.
- (B) Caso o Governador eleito na eleição suplementar cometa um crime comum estranho ao exercício de suas funções, ele poderá ser imediatamente preso de forma preventiva, uma vez que a imunidade contra prisão e a irresponsabilidade penal relativa são garantias exclusivas do Presidente da República.

- (C) A eleição para os cargos de Governador e Vice-Governador deverá ser realizada de forma indireta, pela Assembleia Legislativa, no prazo de 30 dias após a abertura da última vaga.
- (D) O Governador interino agiu corretamente ao extinguir cargos públicos ocupados por meio de decreto, uma vez que a Constituição Federal autoriza o Chefe do Executivo a dispor livremente sobre a extinção de cargos e funções públicas, independentemente de estarem vagos ou ocupados.
- (E) A eleição para a sucessão da chapa vacante deverá ser obrigatoriamente direta, realizada em sufrágio universal 90 dias após a vacância, visto que a eleição indireta pelo Legislativo é uma prerrogativa exclusiva da União, não aplicável aos Estados pelo princípio da simetria.

Questão 36

(Correta: A)

No que se refere às definições legais e às disposições sobre os agentes públicos contidas na Lei de Licitações (n.º 14.133, de 1 de abril de 2021), assinale a alternativa correta:

- (A) O agente de contratação, designado entre servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes, responde individualmente pelos atos que praticar, salvo quando induzido a erro pela atuação da equipe de apoio.
- (B) Consideram-se bens e serviços comuns aqueles que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade, não podem ter seus padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos pelo edital por meio de especificações usuais de mercado.
- (C) A segregação de funções é um princípio facultativo na designação de agentes públicos, permitindo que a autoridade máxima designe o mesmo servidor para atuar simultaneamente em todas as etapas da contratação, desde o planejamento até a fiscalização, para garantir a celeridade do processo.
- (D) O regime de execução contratual denominado "contratação integrada" é aquele em que o contratado é responsável apenas pela elaboração do projeto executivo e pela execução da obra, ficando o projeto básico sob responsabilidade exclusiva da Administração Pública.
- (E) A advocacia pública deverá promover a representação judicial ou extrajudicial do agente público que praticou ato em estrita observância de parecer jurídico, mesmo que constem nos autos provas da prática de atos ilícitos dolosos cometidos pelo referido agente.

Questão 37

(Correta: D)

O Estado "X" editou uma Lei Complementar estadual para reestruturar o regime jurídico de seus servidores. A norma estabeleceu que: (a) os Policiais Civis passarão a

ser remunerados exclusivamente por subsídio, vedada a incorporação de qualquer vantagem de caráter temporário; (b) servidores que exercem atividades em condições insalubres (exposição a agentes biológicos) terão direito a aposentadoria especial com idade reduzida, conforme critérios definidos por categoria profissional na própria lei; (c) servidores ocupantes exclusivamente de cargos em comissão terão direito a regime próprio de previdência social, desde que contribuam por mais de 10 anos; e (d) o servidor estável que tiver sua demissão invalidada por sentença judicial será reintegrado, e o ocupante da vaga, se também estável, será reconduzido ao cargo de origem com direito a indenização pelo período em que ficou fora do cargo.

Com base nas disposições da Constituição Federal, assinale a alternativa que descreve corretamente a constitucionalidade ou a aplicação das normas mencionadas:

- (A) Na hipótese de reintegração de servidor estável por decisão judicial, o eventual ocupante da vaga, se também estável, será reconduzido ao cargo de origem, com direito à indenização correspondente aos vencimentos do período, ou aproveitado em outro cargo.
- (B) O servidor estável, cujo cargo foi extinto ou declarado desnecessário, deve ser imediatamente exonerado, garantindo-se a ele o direito de preferência em novo concurso público realizado pelo mesmo ente federativo dentro do prazo de validade.
- (C) É facultado aos Estados manter os ocupantes de cargos em comissão de livre nomeação e exoneração no Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), desde que a lei local estabeleça alíquota de contribuição superior à do Regime Geral (RGPS).
- (D) É constitucional a fixação da remuneração de servidores organizados em carreira por meio de subsídio em parcela única, sendo também vedada a incorporação de vantagens vinculadas ao exercício de função de confiança ou cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo.
- (E) A previsão de aposentadoria especial para atividades exercidas com exposição a agentes prejudiciais à saúde é válida, sendo permitida à lei complementar do ente federativo a caracterização do benefício com base na categoria profissional ou ocupação do servidor.

Questão 38

(Correta: C)

A "Beta S.A.", uma sociedade de economia mista estadual que explora o setor elétrico, está reestruturando sua alta gestão em 2026. O Conselho de Administração é composto por 10 membros titulares. Para as novas indicações, o acionista controlador (o Estado) apresenta os seguintes nomes e propostas:

1.Indicação A: **C**, atual Secretário de Energia do Estado, para uma das vagas de Diretor estatutário.

2.Indicação B: **M**, profissional com 12 anos de experiência no setor privado de energia, mas que atuou como tesoureira na campanha eleitoral do atual Governador há 24 meses.

3.Proposta de Governança: A empresa decide que, para o próximo ciclo, manterá apenas duas mulheres no Conselho de Administração e não divulgará o relatório de igualdade salarial entre gêneros, alegando sigilo estratégico.

Com base na Lei n.º 13.303/2016 e suas alterações, assinale a alternativa correta:

- (A) A indicação de **M** é válida e atende a todos os requisitos legais, visto que sua experiência profissional de 10 anos no setor privado supera o impedimento de ter participado de estrutura de campanha eleitoral, que é de apenas 12 meses segundo a Lei das Estatais.
- (B) Por ser uma sociedade de economia mista, a "Beta S.A." é dispensada de adotar as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) sobre escrituração e auditoria independente, devendo seguir exclusivamente as orientações do Tribunal de Contas do Estado.
- (C) A proposta de governança da "Beta S.A." é ilegal, pois o Conselho de Administração deve possuir, no mínimo, 30% de mulheres em sua composição titular e a divulgação da política de igualdade entre homens e mulheres, incluindo o demonstrativo de remuneração segregado por sexo, é um requisito obrigatório de transparência anual.
- (D) Caso a "Beta S.A." apresente uma receita operacional bruta anual inferior a R\$ 90 milhões, ela estará automaticamente desobrigada de seguir qualquer regra de transparência ou governança prevista na Lei das Estatais, passando a ser regida unicamente pelo Código Civil.
- (E) **C** pode assumir o cargo de Diretor da sociedade de economia mista, desde que se licencie do cargo de Secretário de Estado, uma vez que a vedação para detentores de cargos políticos não se estende aos órgãos de diretoria, restringindo-se apenas ao Conselho de Administração.

Questão 39

(Correta: C)

No que concerne à organização do Poder Legislativo e às competências da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Congresso Nacional, assinale a alternativa correta:

- (A) As deliberações de cada Casa Legislativa serão tomadas, como regra geral, por maioria absoluta de votos, desde que esteja presente a maioria simples de seus membros.
- (B) O Senado Federal renova sua representação de quatro em quatro anos, de forma integral, sendo que cada Senador é eleito com um suplente para um mandato de oito anos.

- (C) Compete privativamente ao Senado Federal processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal e o Procurador-Geral da República nos crimes de responsabilidade, funcionando como Presidente do órgão julgador o Presidente do STF.
- (D) A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos pelo sistema majoritário, devendo cada unidade da Federação ter, no máximo, setenta Deputados e, no mínimo, quatro Deputados.
- (E) É competência exclusiva do Congresso Nacional autorizar o Presidente da República a ausentar-se do País por qualquer período, sob pena de perda do cargo caso a licença não seja concedida previamente.

Questão 40

(Correta: C)

A empresa "Alfa-Beta S.A." desenvolveu um novo agrotóxico destinado ao combate de pragas na cultura da soja. Para que o produto possa ser comercializado e utilizado em larga escala no território nacional, a empresa precisa navegar pelas competências dos órgãos federais e entes federativos, conforme a Lei de Agrotóxicos. Paralelamente, o Estado "X", onde a empresa está sediada, deseja criar normas sobre como esse produto deve ser armazenado em seus armazéns regionais. Com base nas disposições da referida Lei, assinale a alternativa correta:

- (A) Ao Município onde a "Alfa-Beta S.A." está instalada compete legislar de forma supletiva sobre a produção e o comércio interestadual do produto, visando garantir a segurança dos cidadãos locais e a proteção ambiental.
- (B) O órgão federal responsável pelo setor do meio ambiente detém a competência exclusiva para elaborar e manter as monografias referentes aos ingredientes ativos dos agrotóxicos, devendo dar publicidade a elas para fins de fiscalização estadual.
- (C) Compete ao órgão federal do setor da agricultura conceder o registro do agrotóxico e definir as prioridades de análise dos pleitos para os órgãos da saúde e do meio ambiente, sendo que a publicação deste registro em sítio eletrônico oficial já autoriza o uso e a comercialização do produto no Estado "X".
- (D) Caso o Estado "X" não possua meios próprios para fiscalizar o transporte interno do agrotóxico, ele poderá legislar sobre o registro e a classificação do produto, assumindo a competência da União para suprir sua carência institucional.
- (E) A análise e a homologação do risco toxicológico (saúde) e do risco ambiental do novo agrotóxico devem ser realizadas obrigatoriamente e de forma isolada pelo órgão da Agricultura, que possui o comando central sobre os pareceres dos demais ministérios.

Questão 41

(Questão anulada)

Nos termos do parágrafo único do artigo 23 da Constituição Federal brasileira, cabe à lei complementar fixar as normas de cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios quando se trata do exercício de competência comum. É o caso da Lei Complementar n.º 140, de 2011, que fixa as normas para as ações administrativas comuns entre os entes federativos no tocante à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora.

Sobre o tema, assinale a alternativa correta:

- (A) Os entes federativos podem valer-se dos fundos públicos e privados como um dos possíveis instrumentos de cooperação institucional.
- (B) Proteger, defender e conservar o meio ambiente ecologicamente equilibrado, promovendo gestão descentralizada, democrática e eficiente, é um dos objetivos fundamentais desenhados pela lei e de competência exclusiva da União.
- (C) Qualquer pessoa legalmente identificada, ao constatar infração ambiental decorrente de empreendimento ou atividade utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores, pode dirigir representação exclusivamente ao Magistrado competente.
- (D) Exercer a gestão dos recursos ambientais no âmbito de suas atribuições é uma das ações administrativas de competência dos Municípios.
- (E) Formular, executar e fazer cumprir, em âmbito nacional, a Política Nacional do Meio Ambiente é uma das ações administrativas exclusivas do Distrito Federal, em detrimento de qualquer outro ente federativo.

Questão 42

(Correta: C)

Considerando as regras legais sobre a competência interna no Código de Processo Civil, julgue as seguintes assertivas:

I.A ação possessória imobiliária será proposta no foro de situação da coisa, cujo juízo tem competência absoluta.

II.É competente o foro de domicílio do réu para as causas em que seja autor Estado ou o Distrito Federal.

III.A ação em que o incapaz for autor será proposta no foro de domicílio de seu representante ou assistente.

IV.A ação fundada em direito pessoal ou em direito real sobre bens imóveis será proposta, em regra, no foro de domicílio do réu.

É correto o que se afirma em:

- (A) IV, apenas.
- (B) I, II, III e IV.

- (C) I e II, apenas.
- (D) I, II e III, apenas.
- (E) III e IV, apenas.

Questão 43

(Correta: B)

O Código de Processo Civil de 2025, aborda as normas fundamentais do processo civil, que guardam estreita relação com os princípios constitucionais e infraconstitucionais do processo. Levando em consideração essas normas, julgue as seguintes assertivas:

I.O processo começa por impulso oficial e se desenvolve pela iniciativa da parte, salvo as exceções previstas em lei.

II.Em nenhuma hipótese se proferirá decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida.

III.Ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício, o juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar.

IV.Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência.

É correto o que se afirma em:

- (A) I, II e IV, apenas.
- (B) III e IV, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

Questão 44

(Correta: B)

De acordo com as disposições da Constituição Federal e do Código Tributário Nacional (CTN) a respeito do ITBI, assinale a alternativa correta:

- (A) Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir o imposto sobre a transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis.
- (B) O ITBI não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, salvo se a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens, locação de imóveis ou arrendamento mercantil.
- (C) O ITBI incide sobre a transmissão de bens imóveis decorrente de herança (causa mortis) e sobre doações gratuitas de quaisquer bens ou direitos.

- (D) Por ser um imposto municipal, o ITBI compete sempre ao Município onde reside o adquirente do imóvel, independentemente de onde o bem esteja localizado.
- (E) É permitida, conforme súmula do STF, a utilização de alíquotas progressivas para o ITBI com base exclusivamente no valor venal do imóvel.

Questão 45

(Correta: A)

Na Teoria do Processo Civil, a jurisdição e a ação atuam como fundamentos e são reguladas pelo Código de Processo Civil. Sobre a jurisdição e a ação, julgue as seguintes assertivas:

I.Quando alguém pleitear direito alheio em nome próprio, tem-se uma hipótese de falta de interesse de agir, devendo o pedido ser julgado improcedente.

II.O interesse do autor pode limitar-se à declaração da existência, da inexistência ou do modo de ser de uma relação jurídica.

III.O Código de Processo Civil permite a propositura de ação declaratória de autenticidade ou de falsidade de documento.

IV.Uma vez ocorrido a violação do direito, não será admissível a ação meramente declaratória, mas apenas a ação condenatória.

É correto o que se apresenta em:

- (A) II e III, apenas.
- (B) I, II, III e IV.
- (C) I e II, apenas.
- (D) III e IV, apenas.
- (E) I e IV, apenas.

Questão 46

(Correta: E)

A Assembleia Legislativa do Estado "X" editou a Lei Estadual n.º 123/2026, que dispõe sobre a organização da Polícia Civil local. A Federação Nacional dos Policiais Cíveis (entidade de classe de âmbito nacional), alegando que a lei estadual viola tanto a Constituição Federal quanto a Constituição Estadual em dispositivos que são de reprodução obrigatória, resolve impugnar a norma. Simultaneamente, o Governador do Estado ajuíza uma Representação de Inconstitucionalidade no Tribunal de Justiça (TJ) local, enquanto a referida Federação ajuíza uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) perante o Supremo Tribunal Federal (STF). Sobre o tema, assinale a alternativa correta:

- (A) O Procurador da Câmara Municipal não dispõe de legitimidade para interpor recurso extraordinário contra acórdão de Tribunal de Justiça proferido em representação de inconstitucionalidade em defesa de lei ou ato normativo estadual ou municipal.

- (B) O Tribunal de Justiça local é o órgão competente para julgar a lei estadual em face da Constituição Estadual, mas é vedado a ele utilizar normas da Constituição Federal como parâmetro direto, ainda que se trate de normas de reprodução obrigatória.
- (C) Em caso de coexistência de controle de uma mesma norma nos âmbitos estadual e federal, a ADI estadual ficará suspensa, aguardando a decisão do STF. Se o STF julgar a ADI procedente, a ADI no TJ deve obrigatoriamente ser julgada procedente também.
- (D) Por força do princípio da simetria, a Constituição do Estado "X" está obrigada a reproduzir exatamente o rol de legitimados do art. 103 da Constituição Federal para a propositura da ação direta no âmbito estadual.
- (E) Caso o Tribunal de Justiça julgue a representação procedente por incompatibilidade com preceito da Constituição Estadual que possua correspondência na Constituição Federal, não haverá prejuízo à jurisdição do STF, que poderá prosseguir no julgamento da ADI sob sua relatoria.

Questão 47

(Correta: A)

Imagine as seguintes situações ocorridas em um condomínio:

Situação A: X, síndica do prédio, exerce seu direito de cobrar as taxas condominiais em atraso enviando notificações formais. No entanto, para "acelerar" o pagamento, ela decide afixar a lista completa dos nomes dos moradores inadimplentes, com seus respectivos valores e CPFs, no espelho do elevador social e no grupo de WhatsApp do bairro.

Situação B: Durante um incêndio no apartamento 101, o morador do 102, Y, percebe que as chamas estão prestes a atingir a tubulação de gás. Para evitar uma explosão iminente que destruiria o prédio, Y arromba a porta do apartamento 103 (que estava vazio) para acessar a válvula de corte externa que só era alcançável por ali, destruindo a fechadura e parte do batente de madeira no processo.

Com base no Código Civil, assinale a alternativa correta:

- (A) Na situação A, X comete ato ilícito por abuso de direito, pois, embora o exercício da cobrança seja legítimo, a forma de execução excedeu manifestamente os limites impostos pela boa-fé e pelos fins sociais, ao passo que na Situação B, a conduta de Y não constitui ato ilícito por configurar remoção de perigo iminente.
- (B) A conduta de X só seria considerada ato ilícito se ficasse provado que ela agiu com negligência ou imperícia na digitação dos dados, pois o abuso de direito exige a intenção deliberada de prejudicar (dolo), não bastando o excesso nos limites da boa-fé.

- (C) Ambas as situações descrevem exercícios regulares de direito reconhecido, não constituindo ato ilícito em nenhum dos casos, uma vez que a finalidade de X era a saúde financeira do condomínio e a de Y era a preservação da vida dos moradores.
- (D) Na situação B, o ato de Y só seria legítimo se ele tivesse obtido autorização judicial prévia para o arrombamento, visto que a invasão de domicílio e a destruição de propriedade privada são atos ilícitos absolutos que não admitem excludentes na esfera cível.
- (E) Y cometeu ato ilícito por dano material ao patrimônio alheio (apartamento 103), pois o Código Civil estabelece que a proteção de bens coletivos não justifica a deterioração de coisa alheia, salvo se o proprietário do bem destruído for o causador do perigo.

Questão 48

(Correta: B)

O Município "Alfa", que possui 80.000 (oitenta mil) habitantes, realizou uma reforma em sua Lei Orgânica Municipal (LOM). Entre as novas disposições, a LOM estabeleceu que:

- 1.O subsídio dos Vereadores passaria a corresponder a 60% do subsídio dos Deputados Estaduais;
- 2.A Câmara Municipal poderia gastar até 80% de sua receita com folha de pagamento;
- 3.O parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado sobre as contas do Prefeito poderia ser rejeitado por maioria simples da Câmara Municipal;
- 4.Fica criado o "Conselho de Contas do Município Alfa" para auxiliar o Legislativo no controle externo.

O Procurador-Geral de Justiça do Estado ajuíza uma Representação de Inconstitucionalidade perante o Tribunal de Justiça (TJ) local, alegando violação à Constituição Estadual, que reproduz obrigatoriamente os termos da Constituição Federal. Com base nas disposições da Constituição Federal e no sistema de controle de constitucionalidade, assinale a alternativa correta:

- (A) A criação do "Conselho de Contas do Município Alfa" é constitucional, uma vez que o art. 31, § 1º, da CF permite que o controle externo seja exercido por Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios "onde houver", não havendo proibição para novas criações.
- (B) Todas as quatro inovações da Lei Orgânica do Município "Alfa" são inconstitucionais, pois violam normas de reprodução obrigatória relativas ao limite de subsídios (máximo de 40% para essa população), limite de gasto com pessoal (máximo de 70%), quórum para rejeição de contas (2/3) e a vedação de criação de novos órgãos de contas municipais.

- (C) A previsão da Lei Orgânica que permite a rejeição do parecer prévio do Tribunal de Contas por maioria simples é válida, em virtude do princípio da autonomia municipal e do interesse local, previstos no art. 30, I, da CF.
- (D) O Tribunal de Justiça não possui competência para processar e julgar esta ação, uma vez que o parâmetro de controle (limites de gastos e subsídios) está previsto na Constituição Federal, e não na Constituição Estadual, o que atrairia a competência exclusiva do Supremo Tribunal Federal.
- (E) O subsídio dos Vereadores fixado em 60% do valor dos Deputados Estaduais é compatível com o texto constitucional, visto que o art. 29, VI, alínea "c", estabelece esse percentual como teto para municípios de cinquenta mil e um a cem mil habitantes.

Questão 49

(Correta: D)

Uma prefeitura pretende instituir um sistema municipal de gestão da ética. A minuta inicial prevê comissão subordinada ao gabinete do prefeito, atuação voltada à punição rápida, divulgação nominal de investigados durante a apuração e ausência de formação dos servidores. A procuradoria recomenda redesenhar o modelo para que a gestão da ética seja normativa, preventiva, consultiva, formativa, apuratória e monitorável. Considere as etapas institucionais a seguir:

1. Definir normativo próprio e código de conduta, com princípios, deveres, vedações e vínculo com a finalidade pública.
2. Estabelecer fluxo de triagem e apuração com decisão fundamentada, contraditório, reserva durante a apuração e encaminhamento a órgãos competentes quando cabível.
3. Monitorar a gestão da ética, avaliar resultados, propor aprimoramentos e preservar a transparência sem exposição indevida de pessoas.
4. Instituir comissão com composição, mandato, apoio técnico e garantias de funcionamento independente do gabinete.
5. Prever função consultiva, orientação a dirigentes e servidores, capacitação e canais regulares de encaminhamento de dúvidas e relatos.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência institucional correta:

- (A) 5 – 1 – 3 – 4 – 2.
 (B) 4 – 1 – 2 – 5 – 3.
 (C) 1 – 5 – 4 – 3 – 2.
 (D) 1 – 4 – 5 – 2 – 3.
 (E) 2 – 4 – 1 – 5 – 3.

Questão 50

(Correta: D)

Uma prefeitura implanta teletrabalho parcial para equipes administrativas. Após três meses, surgem queixas de mensagens interpretadas como ríspidas, reuniões substituídas por cobranças em aplicativos, sensação de isolamento, metas incompatíveis com a equipe reduzida e perda de cooperação entre setores. A gestão pretende revisar o modelo. Registre V, para verdadeiras, e F, para falsas:

(___) O teletrabalho exige pactuação explícita de canais, horários e espaços de fala, pois a comunicação virtual amplia risco de interpretação equivocada e enfraquecimento dos vínculos.

(___) A perda de cooperação no trabalho remoto deve ser tratada como falha individual do servidor que relata sofrimento, sem revisão do modo de organizar o trabalho.

(___) Metas de produtividade podem orientar a gestão quando compatibilizadas com carga real de trabalho, recursos disponíveis e saúde psicossocial da equipe.

(___) Reconhecimento, pertencimento e cooperação têm dimensão organizacional; tratá-los como gentileza pessoal esvazia sua função na saúde do coletivo.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:

- (A) V – F – F – V.
 (B) V – V – F – F.
 (C) F – F – V – F.
 (D) V – F – V – V.
 (E) F – V – V – F.

FOLHA INTERMEDIÁRIA DE RESPOSTAS

Questões	RESPOSTAS				
01	A	B	C	D	E
02	A	B	C	D	E
03	A	B	C	D	E
04	A	B	C	D	E
05	A	B	C	D	E
06	A	B	C	D	E
07	A	B	C	D	E
08	A	B	C	D	E
09	A	B	C	D	E
10	A	B	C	D	E
11	A	B	C	D	E
12	A	B	C	D	E
13	A	B	C	D	E
14	A	B	C	D	E
15	A	B	C	D	E
16	A	B	C	D	E
17	A	B	C	D	E
18	A	B	C	D	E
19	A	B	C	D	E
20	A	B	C	D	E
21	A	B	C	D	E
22	A	B	C	D	E
23	A	B	C	D	E
24	A	B	C	D	E
25	A	B	C	D	E

Questões	RESPOSTAS				
26	A	B	C	D	E
27	A	B	C	D	E
28	A	B	C	D	E
29	A	B	C	D	E
30	A	B	C	D	E
31	A	B	C	D	E
32	A	B	C	D	E
33	A	B	C	D	E
34	A	B	C	D	E
35	A	B	C	D	E
36	A	B	C	D	E
37	A	B	C	D	E
38	A	B	C	D	E
39	A	B	C	D	E
40	A	B	C	D	E
41	A	B	C	D	E
42	A	B	C	D	E
43	A	B	C	D	E
44	A	B	C	D	E
45	A	B	C	D	E
46	A	B	C	D	E
47	A	B	C	D	E
48	A	B	C	D	E
49	A	B	C	D	E
50	A	B	C	D	E

INFORMAÇÕES

O inteiro teor da prova e o gabarito preliminar serão divulgados até as **20h do dia 01 de junho de 2026**, no endereço eletrônico <http://concursos.furb.br/>, na Área do Candidato.

O candidato que tiver qualquer discordância em relação às questões da Prova Objetiva ou ao gabarito preliminar divulgado poderá interpor recurso no período compreendido entre **00h00min01seg do dia 02 de junho de 2026 e 23h59min59seg do dia 03 de junho de 2026**.

31 de maio de 2026